



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA PRÉVIA

No: 342/2013

EMPRESA/EMPREENDEDOR: NB PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA

C.N.P.J / CPF: 05339901000126

ATIVIDADE LICENCIADA: COMÉRCIO E VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E REVENDA DE LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RODOVIA SE 236, ZONA RURAL, CAPELA, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A DESENVOLVER ESTUDOS DE IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDÇÕES:

1. Esta Licença aprova a localização e a concepção, bem como autoriza a elaboração do projeto de Posto Revendedor de combustíveis, com as atividades de comércio e varejo de combustíveis líquidos e revenda de lubrificantes para veículos automotores, localizado na Rodovia SE-226, s/n, Zona Rural, no município de Capela, no ponto georeferenciado das coordenadas DATUM SAD 69 (N= 8.835.974,00 E= 712.372,00).
2. Esta licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua expedição, devendo ser encaminhada cópias das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença Prévia, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A empresa somente poderá iniciar as obras pertinentes à implantação do empreendimento, após a liberação pela Adema da Licença de Instalação, que será fundamentada na análise e aprovação do respectivo projeto.
5. O projeto executivo deverá constar a implantação de no mínimo 3 (três) poços de monitoramento de VOC – Compostos Orgânicos Voláteis, conforme legislação vigente e exigências da Adema.
6. Apresentar memorial descritivo completo do projeto do comércio e varejo de combustíveis líquidos e revenda de lubrificantes para veículos automotores, em Posto Revendedor de combustíveis, com layout das seções administrativas e funcionais, bem como do sistema de

controle dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados pela atividade da empresa.

7. O dimensionamento e detalhes construtivos dos projetos referentes ao sistema de tratamento dos efluentes (líquidos, gasosos e sólidos) e drenagem das águas pluviais deverão obedecer às normas específicas.
8. Apresentar projeto das instalações do SASC – Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis e o seu detalhamento.
9. O empreendedor deverá solicitar a Averbação da Reserva Legal junto a Adema, correspondente a no mínimo 20% de Reserva Legal do total da área da propriedade, conforme o estabelecido no Código Florestal – Lei nº 12.651/12.
10. O sistema de tratamento de efluentes deverá ter concepção e eficiência adequada, de forma a atender as condições locais de lançamento, de acordo com a legislação específica.
11. O não cumprimento das condições estabelecidas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
12. Esta licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal com jurisdição na área.
13. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 11:17:52 do dia 16/09/2013 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-004159/TEC/LP-0114 e Parecer Técnico PT-9760/2013-9774

Válida até 16/03/2014

Código de controle da licença: c266a538759bb9c6cd8862509e3b8a09

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.